

CHAMAMENTO PÚBLICO N. 06/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 31365/2024

OBJETO: Credenciamento para a Seleção de Projetos visando o fomento a Ações Culturais, através da celebração de Termo de Execução Cultural, via Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) 2024.

RESPOSTA ÀS IMPUGNAÇÕES

No dia 18 de novembro de 2024, recebemos impugnação impetrada pelo Sr. Silvestre Rizzatto, questionando a vedação de participação de servidores públicos efetivos deste Município no edital de Chamamento Público nº 06/2024, Processo nº 31365/2024, que tem por objeto o credenciamento para a Seleção de Projetos visando o fomento a Ações Culturais, através da celebração de Termo de Execução Cultural, via Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) 2024.

No dia 21 de novembro de 2024, recebemos nova impugnação sobre o mesmo tema, impetrada pelo Sr. Lincolemberg Canuto Lima Araújo, questionando a vedação de participação de servidores efetivos no edital sobredito e pontuando “que o item não menciona outras espécies de servidores públicos, tais como: servidores comissionados ou contratados temporariamente”.

De forma semelhante, no dia 14 de novembro de 2024, já tínhamos recebido pedido de esclarecimento oriundo do Conselho Municipal de Política Cultural de Arapiraca que, dentre um dos questionamentos, aponta como ponto crítico “A proibição de participação de funcionários públicos efetivos do município”, bem como questiona qual o parecer da Procuradoria-Geral do Município que embasa a decisão de vetar servidores públicos efetivos deste Município de participarem do chamamento público em referência.

A resposta ao pedido de esclarecimento do Conselho Municipal de Política Cultural de Arapiraca foi respondida no dia 21 de novembro de 2024, ficando pendente de resposta apenas a parte que tratava sobre a vedação de participação de servidores públicos efetivos deste Município.

1. DA ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, salienta-se que nos termos do subitem 12.1 do edital, “qualquer pessoa, a qualquer tempo, é parte legítima para impugnar edital de chamamento público, por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, por meio do e-mail: chamamentopublicoarapiraca@gmail.com”.

Isto posto, atendidos os pressupostos de admissibilidade, passamos a análise dos fatos ventilados nas impugnações.

2. DO CONTEÚDO DAS IMPUGNAÇÕES

As impugnações do Sr. Silvestre Rizzatto, do Sr. Lincolemberg Canuto Lima Araújo e parte de pedido de esclarecimento do Conselho Municipal de Política Cultural de Arapiraca, questionam a exigência prevista no inciso III, subitem 6.3 do edital, que trata sobre a vedação de participação de servidores públicos efetivos deste Município no chamamento público em tela.

Além disso, a impugnação do Sr. Lincolemberg Canuto Lima Araújo pontuou “que o item não menciona outras espécies de servidores públicos, tais como: servidores comissionados ou contratados temporariamente”.

Ressalta-se que a vedação supramencionada está de acordo com o disposto no inciso III do subitem 8.3 do Termo de Referência, transcrito na redação do subitem 6.3, inciso III do instrumento convocatório, in verbis:

8.3. Não poderão participar do Edital de Seleção, agentes culturais que:

(...)

III. Sejam servidores públicos efetivos municipal, seja como Pessoa Física, Titular ou Sócio de Pessoa Jurídica ou representante de Grupo ou Coletivo Cultural.

3. DO MÉRITO

Considerando que o teor das impugnações dizem respeito a uma questão jurídica, a Comissão Especial de Contratação, através do Ofício CGL.CEC/PGM nº 715/2024, datado de 19 de novembro de 2024, solicitou à Procuradoria-Geral do Município (PGM) análise e emissão de Parecer Jurídico acerca da vedação de participação de servidores efetivos, prevista no inciso III, subitem 6.3 do edital, levando em consideração o que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis.

Em resposta ao mencionado ofício, a PGM emitiu Despacho exarado pelo Procurador Geral do Município de Arapiraca, datado de 25 de novembro de 2024 e recebido no dia 27 de novembro de 2024, o qual transcrevemos a seguir:

Trata-se de consulta realizada pela Coordenação Geral de Licitações, através do Presidente da Comissão Especial de Contratação, Sr. Everton José Lúcio Silva, para que se promova a análise e parecer jurídico acerca da vedação de participação de servidores efetivos, prevista no inciso III, subitem 6.3, do Edital do Chamamento Público nº 06/2024, cujo objeto é a "Seleção de Projetos visando o fomento a Ações Culturais, através de celebração de Termo

de Execução Cultural, via Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB)2024."

De partida, destaco que a Procuradoria Geral do Município de Arapiraca/AL, nos autos do Processo Administrativo n.º 29.199/2024, proferiu o parecer n.º 3.791/2024 – PGM, o qual tratou sobre a vedação de participação de servidores públicos deste município nos editais da Lei Aldir Blanc.

No entanto, considerando o teor das impugnações, bem como, a redação do inciso III do subitem 6.3 do Edital do Chamamento Público n.º 06/2024 e, ainda o entendimento consignado no parecer da Procuradoria, percebo ser necessário promover o exercício da interpretação sistêmica, para considerar as normas oriundas da Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 14.133/2021), bem como, do Decreto n.º 11.453, de 23 de março de 2023, que "Dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura."

Assim, a vedação de participação de servidores públicos consagrada no Parecer n.º 3.791/2024 – PGM, deve estar em harmonia com os preceitos do Art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, em especial a vedação do inciso IV, como também, a harmonizar com as regras do § 5º do Art. 19 c/c Art. 20 da Decreto n.º 11.453, de 23 de março de 2023.

Assim, aplicando os princípios gerais que regem o atuar daqueles que integram a Administração Pública, o servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação não poderá participar, direta ou indiretamente caso tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de candidaturas ou na etapa de julgamento de recursos.

Dá mesma forma, caso o servidor for cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de outro servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de candidaturas ou na etapa de julgamento de recursos também não poderá concorrer aos editais da Lei Aldir Blanc.

Por fim, as vedações mencionadas nos parágrafos anteriores, alçam tanto os servidores públicos com provimento efetivo, como os servidores públicos ocupantes de cargos comissionados e/ou servidores temporários.

Desta forma, considerando as impugnações de autoria do Sr. Silvestre Rizzatto, (fls. 223/224), bem como, do Conselho Municipal de Política Cultural de Arapiraca (fls. 218/2020) e do Sr. Lincolemberg Canuto Lima Araújo, (fls. 234), todas protocoladas contra a vedação do inciso III do subitem 6.3 do Edital do Chamamento Público n.º 06/2024, entendo pelo PROVIMENTO PARCIAL das irrisignações, visto que a vedação à participação de servidores públicos no referido edital deve alcançar, tão somente, as situações previstas no Art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, em especial a vedação do inciso IV, como também, com § 5º do Art. 19 c/c Art. 20 da Decreto n.º 11.453, de 23 de março de 2023.

Devolvam-se os autos para a Coordenação solicitante, para adotar as medidas necessárias, juntando-se cópia do Parecer n.º 3.791/2024 - PGM, para dar subsídio a este despacho.

Considerando o acima consignado, a vedação de participação de servidores públicos deve estar em harmonia com os preceitos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, em especial a vedação do inciso IV, com também, estar em harmonia com as regras do § 5º do art. 19 c/c o art. 20 do Decreto nº 11.453/2023.

Ademais, as vedações do parágrafo anterior alcançam tanto os servidores públicos com provimento efetivo, como os servidores públicos ocupantes de cargos comissionados e/ou servidores temporários.

Assim, o subitem 6.3, inciso III do edital e consequentemente no subitem 8.3, inciso III do Termo de Referência carecem de adequação, nos termos do despacho transcrito acima.

4. DA CONCLUSÃO

Em face do exposto, considerando o Despacho da PGM, transcrito acima, DECIDIMOS pelo provimento parcial das impugnações ao edital do Chamamento Público nº 06/2024, por entender que há necessidade de modificação no subitem 6.3, inciso III do edital e consequentemente no subitem 8.3, inciso III do Termo de Referência.


Registra-se que é parte integrante deste instrumento o Despacho da PGM e o Parecer nº 3.791/2024 – PGM, citado no referido Despacho.

Por fim, depois da alteração do edital de chamamento público, o mesmo será publicado novamente, em consonância com o estabelecido no subitem 12.3 do instrumento convocatório.

Arapiraca – AL, 29 de novembro de 2024.


ISABELA KETHELEN G. C. MONTES
Membro da Comissão Especial de Contratação
Portaria nº 1288/2024


EMANUELLE VIVIAN C. DOS S. ARAUJO
Membro da Comissão Especial de Contratação
Portaria nº 1288/2024


KERLEY LARISSA LIMA SANTANA
Presidente Substituta da Comissão Especial de Contratação
Portaria nº 1288/2024